

## **ATA DA 504ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS**

Aos 30 (trinta) dias do mês de janeiro de 2026, às 09:00h, ocorreu a 504ª Reunião do Conselho Fiscal da Eletros, por meio do link de videoconferência, com a participação dos Conselheiros Fiscais Efetivos, José Luiz Grünewald Miglievich Leduc (Presidente), Wanderson Luiz Lopes Fortunato, Juvenor Pereira da Silva Júnior e Gustavo Botrel Coutinho de Melo, assim como dos Conselheiros Suplentes, Rosane Barboza da Silva, Paula Isabel da Costa Barbosa e Márcio Kennedy de Almeida. Tendo sido verificado o quórum mínimo previsto no art. 45, § 2º do Estatuto da Eletros, a reunião do Conselho Fiscal da Eletros - CFE teve início para tratar dos assuntos constantes da Convocação, conforme a seguir.

**1. Plano de Trabalho Mensal do CFE** – Após feitas as saudações de praxe, o Presidente José Luiz Grünewald Miglievich Leduc, deu início aos trabalhos com o item **1.1.**

**Avaliação do Relatório de Avaliações Técnicas dos Imóveis, conforme item 3** –

Esteve presente o Gerente da Gestão de Investimentos- DFI, Max Leandro Tavares, que apresentou a reavaliação dos imóveis 2025/2026, relatório produzido pela empresa FRAMAR Patrimonial. Ressaltou que houve rentabilidade negativa de 8,66% no segmento, impactando negativamente os planos que têm imóveis na carteira, acarretando uma redução de R\$ 22,6 milhões na carteira de imóveis total da Eletros. Apesar da rentabilidade negativa, salienta que houve uma compensação nos resultados apurados, considerando o pagamento realizado pela AXIA Energia em razão da entrega do Edifício Mario Bhering, contabilizado em dezembro e distribuído entre os planos da seguinte forma: Plano BD Eletrobras: R\$ 16.050 milhões; Plano CD Eletrobras I: R\$ 4,314 milhões; Plano CD Eletrobras Puro: R\$ 4.527 milhões; Plano CD Eletrobras Saldado: R\$ 1.683 milhões. Acrescentou que foram investidos R\$ 26.583 milhões no FIC Multimercado RF (CDI); e que, no caso dos planos BD e CD Eletrobras Saldado, os recursos serão utilizados para pagamento de benefício nos próximos meses. Para os planos CD e CD I a cada seis meses o estudo de alocação será atualizado. Na sequência, o Presidente do CFE abriu a palavra aos Conselheiros. O Conselheiro Wanderson Fortunato solicitou ao Gerente de Investimento esclarecimentos sobre o valor previsto no relatório emitido pela FRAMAR em relação a uma possível “venda forçada”, ao que lhe foi respondido que a avaliação realizada leva em consideração o estado do imóvel, região, concorrência, preço de mercado, dentre outros fatores, e que a “venda forçada” é um critério utilizado, mas que não reflete o valor de mercado real que deve estar em torno de 60 a 70 % (sessenta a setenta por cento) do valor indicado. O Conselheiro Juvenor Pereira da Silva Júnior sinalizou que se preocupa com a situação relacionada aos imóveis pela dificuldade de venda ou locação percebida. Registrou entender a importância de que seja feito um estudo de perspectivas do mercado imobiliário no centro do Rio de Janeiro para nortear as decisões estratégicas relacionadas ao tema. O Gerente de Investimentos respondeu que esse estudo já foi realizado por empresa especializada, a RealtyCorp, e que irá disponibilizar tal documento ao CFE. O Gerente de Investimentos destacou que a orientação atual, segundo o estudo citado, é que os imóveis sejam alugados e não vendidos, visando um cenário futuro de melhoria do mercado imobiliário no centro da cidade do Rio de Janeiro. Neste mesmo sentido, a Conselheira suplente Rosane Barboza da Silva comentou que observou na leitura da Ata da RDEE nº 1348 - referente à finalização do contrato de aluguel do Edifício Mario Behring - que os valores praticados no aluguel são semelhantes aos previstos no relatório da FRAMAR, o que não corresponde de certa forma

5923  
46059  
6009  
8623

com a informação dada pelo Gerente de Investimentos em relação à variação entre o valor real de venda e o valor apontado no relatório. O Gerente de Investimentos esclareceu que a variação mencionada vale para o caso de venda de imóvel, o "aluguel", no entanto enseja outros níveis de negociação pois o imóvel sem locador tem alto custo para o proprietário, como, por exemplo, o pagamento de IPTU e condomínio, e que o seu registro anterior se refere somente aos casos de "venda" de imóvel. O Conselheiro Gustavo Botrel observou queda acentuada nos valores do edifício Metropolitan Center e do Edifício Belacap, ao que o Gerente de Investimentos comentou ser em razão do estado de conservação, que está aquém do esperado, principalmente o Edifício Belacap. Na sequência, o Conselheiro Wanderson Fortunato questionou se, para efeito de registro contábil, não haveria elementos suficientes para que fosse considerando, não o valor de avaliação, mas o valor real aplicável. O Gerente de Investimentos ponderou que, de acordo com as normas, não é necessário que o registro seja feito, a obrigação é de realizar a reavaliação, o que tem sido cumprido. Disse, ainda, que fazer tal atualização poderia, por exemplo, gerar um grande impacto no Plano BD, o que, neste momento, não é necessário. O Conselheiro suplente Márcio Kennedy de Almeida manifestou-se contrário ao entendimento do Gerente de Investimentos dizendo entender que a *impairment* é obrigatório e que, se o bem está registrado com valor que não representa o valor justo, tem que ser feito o registro contábil. O Presidente do CFE, José Luiz G M Leduc, salientou que o relatório da FRAMAR Patrimonial não apontou a viabilidade em aluguel dos imóveis, questionando se teria alguma avaliação no mercado de aluguéis, ao que o Gerente afirmou que está tendo procura dos imóveis para aluguel, não para compra. Destacou que o edifício Vital Brazil está localizado em uma região com incentivo à tecnologia e isenção de imposto, o que não acontece, por exemplo, com o local do edifício Mário Bhering, e que estão buscando junto à Prefeitura do Rio de Janeiro a possibilidade de pleitear a extensão do mesmo benefício para o edifício Mário Bhering. O Conselheiro Wanderson Fortunato questionou sobre a governança diante da decisão da estratégia em utilizar o valor de venda em outro momento, para não haver perda financeira nos planos decorrente de operação imobiliária. O Gerente de Investimentos respondeu que essa foi uma decisão da Diretoria Executiva - DEE com base em laudos. A ordem da pauta foi alterada a fim de atender o item **4 Rentabilidade dos Planos / Acompanhamento das Metas dos Planos** – Em continuidade, o Gerente de Investimentos apresentou a Rentabilidade prévia relativa ao mês de dezembro de 2025 em relação aos resultados obtidos pelos Planos administrados pela Eletros. O Presidente do Conselho questionou em que dia foi fechada a rentabilidade de dezembro, ao que o Gerente de Investimentos respondeu que iria verificar com a área de Controladoria e informaria posteriormente, mas que geralmente ocorre após o décimo dia útil do mês base. Foi alinhado que a apresentação da rentabilidade se daria na segunda quinzena do mês, sempre com um mês de defasagem. O Gerente de Investimentos informou que os resultados dos Planos CDs que estão marcadas a mercado tiveram rentabilidade negativa no mês de dezembro, todavia, considerando o acumulado no ano, todas as carteiras de renda fixa e multimercado superaram a meta de referência dos planos. Quanto ao PGA, a rentabilidade ficou abaixo do esperado no ano. Sobre a rentabilidade do PGA, o Conselheiro Juvenor Pereira da Silva Júnior apontou que o resultado de 12,7%, em contraponto à inflação de 4%, apesar de não atingir a meta, apresentou resultado satisfatório; observou que o ano de 2024 foi ruim para o participante e disse que é importante fazer o relato ao público-alvo de que o balanço de 2025 apresenta melhor resultado. Max Leandro Tavares salientou que o texto informativo já foi feito e enviado por



JL

5923



WF

46059



JJ



GB

6009



RR

8623

e-mail. O Presidente do Conselho questionou o porquê de o Plano CDI estar tradicionalmente abaixo dos demais, ao que o convidado respondeu ser devido à alocação da carteira em imóveis (7%) e ao IGPM 2025 ter sido muito baixo, gerando prejuízos. Nada mais havendo a tratar, o Gerente se retirou. **1.2 Avaliação do Relatório de Status de Implementação das Estratégias de Mitigação dos Riscos, conforme item 7** – Esteve presente como convidada a Gerente da Gestão de Riscos e Controles Internos -PRG Adriana Mezabarba, que apresentou o relatório Achados e Sugestões de Melhorias de Processos a partir da Revisão da Gestão de Riscos 2025. Destacou, entre outras questões, que o objetivo do projeto é trazer apontamentos para fins de melhoria nos sistemas e processos internos. Apresentou a relação de oportunidades de melhorias e andamento das ações por área, estando algumas já finalizadas e outras em andamento. A Gerente destacou que está em constante tratativa com o Presidente Rudolph para a realização de novos projetos relativos à área de Riscos dentro da Eletros, como a proposta da elaboração de mapas de riscos por plano de benefícios, monitorando-os de forma estratégica. Os Conselheiros elogiaram o trabalho realizado. Não restando dúvidas, a Gerente se retirou. **1.3 Avaliação do Relatório Gerencial da Auditoria Interna de Acompanhamento das Recomendações, conforme item 8** - Esteve presente o Gerente da Auditoria Interna – AUD, André Dias, que apresentou o Relatório Gerencial de Acompanhamento das Recomendações. Salientou que o tema ainda não passou pelo CDE e que deve ser apreciado em reunião subsequente. Foi feita uma recapitulação do ano de 2025. Das 11 (onze) recomendações emitidas pela Auditoria Interna - AUD, 3 (três) já foram concluídas, e 8 (oito) encontram-se em andamento. Em relação às patrocinadoras: a) a Auditoria Interna da Axia considerou que as oportunidades de melhoria foram observadas durante os trabalhos e com resultados satisfatórios; sem necessidade de plano de ação. O Conselheiro Wanderson Fortunato registrou que iniciou os trabalhos como integrante da Auditoria Interna da Axia, mas afastou-se ao ter sido nomeado Conselheiro do CFE; b) em relação à Auditoria Interna da EPE constatou que duas áreas distintas (Gestão de Pessoas e Auditoria Interna) realizaram o trabalho com a mesma consultoria, gerando, porém, dois relatórios diferentes. A partir do trabalho realizado pela área de Gestão de Pessoas, foi emitido o Relatório de Acompanhamento, encaminhado à Eletros em 10/12/2025. Por intermédio do Ofício nº 124/2025/PR/EPE, foram apresentadas as recomendações constantes do relatório e solicitada a manifestação da Eletros, prontamente atendida por meio da Carta PR – 176/2025. Na sequência, foram tratados os Indicadores-Chave de Desempenho – KPI, ressaltando que no KPI 03 – Recomendações de Exercícios Anteriores, houve atendimento de 100% das recomendações; o KPI 04 – Recomendações do Exercício Corrente apresentou redução no atendimento das recomendações, decorrente do acréscimo de recomendações acumuladas. A Conselheira suplente Rosane Barboza da Silva levantou a questão de que a Eletros respondeu aos apontamentos por meio da Carta PR – 176/2025, solicitando, assim, a descrição desses apontamentos. O Gerente da Auditoria Interna disse que foram vários temas tratados, como desempenho dos investimentos e aderência às metas, despesas administrativas e terceirização, dentre outros, e solicitou à Coordenação de Compliance e Governança - PRI que disponibilizasse a Carta PR 176/2025, encaminhada anteriormente ao CFE. A Coordenadora de Compliance e Governança presente desculpou-se pelo ocorrido e disponibilizou de imediato a referida Carta ao CFE. A Conselheira suplente Paula Barbosa questionou se houve manifestação formal solicitando esclarecimentos à Eletros por parte da Auditoria Interna da EPE, ao que o Auditor respondeu que o relatório não foi acompanhado

JL

5923

WF

46059

JJ

GB

6009

RR

8623

de solicitação formal, pelo menos até o momento. **3. Informações da Diretoria. 3.1. Plano para formalização de fórum comum aos órgãos estatutários (CDE, CFE e DE), com vistas ao nivelamento das informações e ações para a incorporação, conforme sugerido na 502ª RCFE** – O Presidente do CFE, José Luiz G M Leduc, apresentou ao Presidente da Eletros, Rudolph Teixeira, a proposta de constituição de fórum comum entre os órgãos estatutários, sugerida pelo Conselheiro Juvenor Pereira da Silva Júnior, chamando a atenção para o fato da defasagem de disponibilização das atas por parte do Conselho Deliberativo da Eletros - CDE. O Conselheiro Juvenor da Silva Júnior ressaltou a necessidade de os órgãos estatutários estarem alinhados e tomarem conhecimento dos assuntos tempestivamente, principalmente em relação aos processos de incorporação e transferência de gerenciamento do Plano CV ONS. O Presidente da Eletros, Rudolph Teixeira, concordou com a proposta e sugeriu: que haja um item de pauta pré-definido nas reuniões do Conselho Fiscal para reporte sobre o projeto de incorporação; que seja levado pela DEE, ao CDE, a proposta de constituição do fórum unificado, mas ressaltou que esta é uma decisão que cabe ao CDE; que seja realizada a distribuição por e-mail, através da Coordenação de Compliance e Governança – PRI, aos conselheiros do CFE, de forma tempestiva, de temas e situações relacionados à Incorporação. Os Conselheiros concordaram com a propositura do Presidente Rudolph. **3.2. Tema Livre - Estudo de viabilidade da Gestão Administrativa** – Compareceram como convidados o Diretor de Benefícios Previdenciários, Carlos Eduardo Brasil, e o Gerente Atuarial – DBA, Bruno Sardinha Lopes. O Diretor de Benefícios Previdenciários introduziu a matéria salientando que a Eletros já elaborava anualmente estudo semelhante, porém a obrigatoriedade de apresentação do presente estudo veio com a Resolução CNPC nº 62, 09/12/2024. Chamou atenção para o art. 9, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução citada, que diz que o estudo de viabilidade deve ser documentado e elaborado pela Diretoria Executiva e aprovado pelo Conselho Deliberativo, acompanhado de parecer do Conselho Fiscal. Informou que submeteu a matéria ao Conselho Deliberativo, o qual aprovou o estudo, condicionando esta aprovação à emissão do parecer, “sem ressalvas”, pelo Conselho Fiscal da Eletros – CFE, e passou a palavra ao gerente atuarial Bruno Sardinha Lopes para apresentação do estudo realizado em parceria com a Gerente da Controladoria Renata Ferretti. Apresentado o estudo, o Conselheiro Juvenor da Pereira da Silva Júnior questionou sobre a redução da taxa de administração para 0,20 e a relação com o processo de Incorporação em curso. Indagou se existe motivo para não mencionar no estudo o processo de incorporação, pois a redução da taxa considerou a projeção da incorporação. O Diretor de Benefícios ponderou que o objetivo do material técnico é específico, atende à obrigação legal e está fora do contexto da incorporação. O Conselheiro Juvenor Pereira da Silva Júnior manifestou discordância sobre a não abordagem da incorporação no estudo. Perguntou se existe algum motivo para este fato tão importante ter sido desconsiderado no estudo. Ressaltou que o estudo está vislumbrando uma nova estrutura incorporada, porém não vê sentido em falar em taxa administrativa de 0,20 se não houver a incorporação. No seu entendimento, o estudo deveria ter no mínimo um capítulo sobre a incorporação, caso contrário fica muito difícil olhar para o estudo e entender que, segundo nele consta, a Eletros ficaria sem fundo administrativo em 4 anos e “aceitar” o fato sem apontamento. O Presidente do CFE, José Luiz G M Leduc, corroborou com o entendimento do Conselheiro Juvenor Pereira da Silva Júnior de revisão do estudo para contemplar a menção ao cenário da incorporação. Ao final, ficou alinhado entre os presentes que os responsáveis técnicos pela elaboração da Nota Técnica NT-DB-DBA-DFC 001\_2026 avaliarão a possibilidade de

JL  
5923

WF  
46059

JJ

GB  
6009

RR  
8623

inclusão de parágrafo mencionado o processo de incorporação da Eletros pela EletrobrasPrev, a ser apresentado em reunião extraordinária do CFE a ser agendada. Os Conselheiros Wanderson Fortunado e Gustavo Botrel corroboraram do mesmo entendimento dos conselheiros Juvenor Pereira da Silva Júnior e José Luiz G M Leduc. O Conselheiro Márcio Kennedy de Almeida disse que entende que o estudo ora apresentado deveria ter sido feito previamente à decisão de redução da taxa de administração de 0,40 para 0,20. O Conselheiro Márcio Kennedy demonstrou preocupação com relação à redução de despesas administrativas, citadas no Estudo de viabilidade da Gestão Administrativa, na ordem de 42,24%, ressaltando que esta redução não deve ser alcançada com a redução de pessoal, uma vez que a Eletros passa hoje por um momento de sobrecarga de trabalho, e passará por vários meses, em virtude da incorporação e da migração de gestão do Plano do ONS. O Conselheiro Juvenor concordou com a opinião do Conselheiro Márcio Kennedy, desaconselhando que houvesse demissões neste momento que antecede a incorporação, a fim de manter não só a capacidade de execução das atividades, mas também evitar o estresse e desestabilização da equipe em um momento tão crucial para a Fundação Eletros. O Diretor de Benefícios Previdenciários ressaltou que o presente estudo não mantém relação com os estudos realizados para a proposição da redução da taxa de administração dos Planos. Antes de se retirar da reunião, ainda no que diz respeito ao Tema Livre, o Presidente Rudolph lembrou aos Conselheiros que lhes foi disponibilizado o link da página criada no site da Fundação Eletros que visa dar esclarecimento e transparência ao processo de incorporação em curso. Indicou ainda que os Conselheiros tomassem conhecimento de dois vídeos disponibilizados no site para ilustração e orientação, voltados à retenção de participantes: o primeiro que explica os conceitos de marcação na curva e à mercado dos Títulos Públicos, o segundo demonstra comparações sobre a taxa de administração. Sobre a taxa de administração, o Presidente Rudolph esclareceu ainda que, além do vídeo citado, foi disponibilizado no site um simulador que apresenta comparações da taxa em vigor com outras taxas praticadas no mercado. O Presidente do CFE agradeceu os esclarecimentos e manifestou que o espaço está disponível sempre que a DEE entender necessário. **1.4 Avaliação do Relatório de Status de Implementação, conforme item 10- Demandas, Recomendações e Acompanhamento das Respostas da Administração e das Ações Corretivas, subitem 2 e 7. Assuntos Gerais: 7.2. Tema livre** - A exposição do conteúdo ficou a cargo da Coordenadora de Compliance e Governança, Rita de Cássia Análio Ribeiro, que conduziu a análise das questões abordadas no relatório, bem como o estágio em que se encontram as soluções/recomendações. **2. ATAS das Reuniões da Diretoria, do Conselho Deliberativo e dos Comitês; 2.1. Examinar se os Atos de Gestão Praticados pelos Colegiados de Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva estão aderentes às competências estipuladas no Estatuto Social e Legislação** - Foram apreciadas as Atas da Diretoria Executiva nº 1342, 1343, 1345 e 1348; além das Atas do Conselho Deliberativo nº 580, 581, 584 e 585. O Presidente do Conselho Fiscal chamou atenção novamente a respeito da demora na disponibilização das atas do Conselho Deliberativo, o que gera prejuízo no acompanhamento dos temas, pois ficam defasados. A Conselheira suplente Rosane Barbosa registrou que exatamente essa situação da defasagem no encaminhamento das Atas do CDE não nos permite conhecer se a taxa de empréstimos de 2026, já aprovada em reunião da DEE, em primeiro de dezembro, foi aprovada pela CDE. **5. Apreciação do Balancete de novembro/2025 e 6. Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária – novembro/2025** - Esteve presente a Gerente da Gerência

  
5923

  
46059



  
6009

  
8623

de Controladoria – DFC, Renata Ferretti, que apresentou os resultados acumulados até o mês de novembro/2025. **7. Assuntos Gerais:** O Presidente do Conselho Fiscal informou que encaminhou aos Conselheiros para revisão final o Plano de Trabalho 2026 do CFE, após a avaliação das últimas contribuições recebidas. Contudo, lembrou que o Plano de Trabalho do CFE foi aprovado pelo Colegiado na 503ª RCFE. **7.1. Informes da secretaria do CFE** - Não houve. **7.2. Tema Livre** - Não houve.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Fiscal deu por encerrada a reunião e solicitou a mim, Rita de Cássia Análio Ribeiro, que a secretariei, que lavrasse a presente Ata, a qual lida e aprovada, é assinada pelos Conselheiros Fiscais presentes à reunião.



*José Luiz Grunewald Miglievich Leduc*

5923

José Luiz Grunewald Miglievich Leduc

Presidente do Conselho Fiscal



*WANDERSON LUIZ LOPES FORTUNATO*

46059

Wanderson Luiz Lopes Fortunato

Conselheiro Fiscal



*Juvenor Pereira Da Silva Junior*

Juvenor Pereira da Silva Júnior

Conselheiro Fiscal



*Gustavo Botrel*

6009

Gustavo Botrel Coutinho de Melo

Conselheiro Fiscal



*Rita De Cássia Análio Ribeiro*

8623

Rita de Cássia Análio Ribeiro

Secretária da Reunião – PRI

### Ata da 504ª RCFE.pdf

Valide a autenticidade do documento clicando ou escaneando o QR Code ao lado ou acesse o [verificador de autenticidade](#) e insira o código: BF438-3027D-OE436



Solicitação de assinatura iniciada por: Danielle C. A. d. A. C. em 24/02/2026

## Assinaturas



Juveor Pereira da Silva Junior  
Assinou Eletronicamente



41329

Assinou em: 24 de fevereiro de 2026, 22:54:17 | E-mail: juv\*\*\*\*\*@gm\*\*\*\*\* | Endereço de IP: 2804:14c:6533:40c2:c11e:43b2:7cb8:5961 | Segundo Fator de Autenticação: Whatsapp | Dispositivo/Aplicativo: Chrome 138.0.0.0, Mac 10.15.7 | Celular: (\*\*) \*\*\*\*\*-5077



Rita de Cássia Análio Ribeiro  
Assinou Eletronicamente



8623

Assinou em: 25 de fevereiro de 2026, 15:53:10 | E-mail: rit\*@el\*\*\*\*\* | Endereço de IP: 177.69.142.66 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 145.0.0.0, Windows 10 | Celular: \*\*\*\*\*5943



WANDERSON LUIZ LOPES FORTUNATO  
Assinou Eletronicamente



46059

Assinou em: 27 de fevereiro de 2026, 09:20:52 | E-mail: wan\*\*\*\*\*@el\*\*\*\*\* | Endereço de IP: 170.85.22.125 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Microsoft Edge 145.0.0.0, Windows 10 | Celular: (\*\*) \*\*\*\*\*-5556



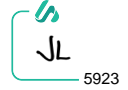
Gustavo Botrel  
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 02 de março de 2026, 15:29:15 | E-mail: bot\*\*\*@on\*\*\*\*\* | Endereço de IP:  
2804:388:a04d:151d:d54:d66a:872a:23af | Segundo Fator de Autenticação: SMS |  
Dispositivo/Aplicativo: Atlas App (3.3.3), iOS | Celular: \*\*\*\*\*8981



José Luiz Grunewald Miglievich Leduc  
Assinou Eletronicamente



Assinou em: 03 de março de 2026, 15:00:14 | E-mail: jlg\*\*\*\*\*@gm\*\*\*\*\* | Endereço de IP:  
189.112.11.120 | Segundo Fator de Autenticação: SMS | Dispositivo/Aplicativo: Atlas App (3.3.3), iOS |  
Celular: \*\*\*\*\*3324